

A PESQUISA E A PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL – OS DEZ ANOS DA ANPEGE

*Gerusa Maria Duarte**

RESUMO

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – Anpege foi criada em 4 de setembro de 1993, na UFSC, Florianópolis, pelos coordenadores dos programas de pós-graduação em Geografia de então, após 10 anos de reuniões e debates sobre esta. Nos 10 anos de sua existência, o número de cursos – tanto em nível de mestrado como de doutorado – triplicou, porém há grande concentração dos cursos no Sudeste, deixando grandes áreas do Brasil descobertas, fato que exige mudança para que todos os Estados sejam contemplados, promovendo maior liberdade e crescimento da sociedade. Ao lado desta ampliação do número de cursos/programas, vê-se pelos dados do MEC/INEP que há muito de nebuloso, escamoteando a nitidez dos caminhos das políticas educacionais. Esses dados também demonstram, tanto pelo montante como pela relação entre instituições públicas e privadas, em distintos aspectos, como os índices de candidatos inscritos em vestibulares diferem muito daqueles efetivamente matriculados em cursos de graduação e do número de egressos destes cursos. Esta variação também é percebida nos números de professores e de instituições, comprovando que tem havido achatamento das instituições públicas, principalmente das universidades onde se concentram as atividades públicas de ensino superior e de pesquisa. Paralelamente, sabe-

* Professora Titular, Div. Geogr. UFSC, Presidente da Anpege, e-mail: gerusa@vitor.ufsc.br

se do montante de professores substitutos e temporários que, em todos os semestres dos anos de vida da Anpege, assumiram funções em virtude da falta de concursos para professores e funcionários técnico-administrativos, do número exíguo de bolsas – seja para pós-graduandos seja para pesquisadores em Geografia –, dos pedidos de auxílio negados pelos órgãos de fomento, da diminuição do tempo de vigência das bolsas, do número de candidatos que procuram os cursos de pós-graduação e que não podem ser assimilados. Todos estes fatos realçam o achatamento das instituições públicas, das condições de trabalho dos seus profissionais e dos seus alunos, incoerentes com o desenvolvimento que se propala e se quer do país. Os enquadramentos da Geografia no MEC e órgãos de fomento aos programas de pós-graduação e à pesquisa, dentro e fora deste ministério, parecem ignorar o universo deste campo do conhecimento. Os associados da Anpege, os geógrafos em todos os setores, professores, pesquisadores, estudantes da Geografia em todos os níveis, devem debater e conduzir rumos mais coerentes com suas atribuições.

PALAVRAS-CHAVE: Anpege, cursos e programas de pós-graduação, órgãos de fomento, crescimento.

ABSTRACT

The Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia-ANPEGE (National Association of Graduate Studies and Research in Geography) was created on September 4th, 1993, at UFSC, Florianópolis, by the Coordinators of Graduate Programs in Geography at that time, after many meetings and debates on this matter. In its ten years of existence, the number of courses both on the Master and Doctorate level has tripled, but there is a great concentration in the Southeast, leaving vast areas in Brazil without access to such courses. There is a great demand for all states to be considered for greater freedom and growth of society. So we have a tremendous growth in the number of Courses/Programs, but it becomes evident from the data of MEC/INEP that there is something obscure about the directions of educational policies. They also show

- both in the overall and by the relationship between public and private institutions in many different aspects, such as the number of candidates signed up for entrance exams and of those effectively enrolled in the undergraduate courses, respective undergraduate programs, number of professors and number of institutions - that there has been the weakening of public institutions, mainly of universities where public activities of Higher Education and Research are concentrated. Furthermore, it is well known that there has been a large number of substitute professors, on a temporary basis, for every semester during the lifetime of ANPEGE, that there are very few public admittance contests for professors and technical-administrative officers, that there is an extremely restricted number of scholarships available both for graduate students in general and specifically for Geography for researchers, that requests for financial aid have been often denied by the organs assigned to support, that the duration of scholarships has been reduced, that the number of candidates who seek graduate programs is greater than the capacity of the institutions to assimilate them. All these facts point to the weakening of public institutions, to the work conditions of their professionals and students, inconsistent with the propaganda of development that is disseminated and desired by our country. The division of Geography at MEC and the supporting organs for Graduate Programs and Research, inside and outside this Ministry, seem to ignore the universe of this field of knowledge. The Associates of ANPEGE, the Geographers in all sectors, professors, researchers, Geography students on all levels, must debate and act more consistently to their attributions.

KEY WORDS: ANPEGE, Graduate Courses and Programs, supporting organs, growth.

INTRODUÇÃO

A Anpege criada em Florianópolis, em 4 de setembro de 1993, tem buscado por meio de seus membros e reuniões técnico-científicas, o avanço do

corpo de geógrafos, das suas pesquisas, cursos e programas de pós-graduação. Até 1992, em 22 anos de esforços, existiam nove cursos de mestrado e quatro de doutorado. Nestes 10 últimos anos, foram acrescentados dezessete mestrados e oito doutorados.

O desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação em Geografia, entretanto, vincula-se, além do esforço do grupo específico, às políticas de educação, à visão da sociedade sobre estas atividades, àquela particular dos geógrafos sobre si mesmos e sobre a educação, sobre o campo do seu conhecimento e sobre a sociedade. Vincula-se também à maneira como o MEC compreende os diferentes campos do conhecimento, às posturas deste órgão e, particularmente, daqueles de fomento.

Com os cursos de pós-graduação em Geografia, a pesquisa e mesmo o ensino ganharam novos rumos, entretanto não alcançaram ainda um grande contingente de graduandos, técnicos, professores. Essa situação é acrescida da exclusão da população de amplas áreas nas diversas regiões do Brasil. Há muito que avançar tanto em pesquisa quanto em ensino de pós-graduação e de graduação, este o substrato daquela.

ANÁLISE DE ALGUNS DADOS

A última sinopse do ensino superior no Brasil apresentada pelo INEP/MEC é a de 2001, que se constitui de muitos dados referentes a 1999, estendendo-se até abril de 2000. Ela nos apresenta números que merecem um exame, e não apenas quanto aos números, mas também quanto a maneira como a Geografia é enquadrada dentro do Ministério da Educação. Aqui será apresentado primeiramente um resumo do quadro geral, incluindo todas as áreas e, em seguida, a situação da Geografia.

O exame das tabelas¹ do INEP/MEC que fazem parte daquela sinopse evidenciam que havia em 2000, 1180 instituições públicas e privadas de ensino superior no Brasil, com 11.019 cursos de graduação. As instituições são classificadas como universidades, centros universitários, faculdades integradas,

¹ Os resumos de alguns itens estão nas tabelas, anexadas a este trabalho.

² UEL, UFPA, UDESC, UEM, UFAL, UFOP, UFPR.

faculdades-escola e institutos, além dos centros de educação tecnológica. Elas são 176 públicas: federais, estaduais e municipais; e 1004 privadas: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Os cursos de graduação são classificados como: presenciais; à distância;² sequenciais presenciais e sequenciais à distância.³ Dentro dos cursos sequenciais presenciais existem aqueles chamados de *complementação de estudos*.⁴

Das instituições públicas, cerca de 41% estão na Região Sudeste, 25% no Nordeste, e 19% no Sul. Sendo a Região Norte a que possui o menor número de instituições: apenas 11, isto é, pouco mais de 6%. A Região Sudeste também tem a maior concentração de instituições privadas, mais de 59%, seguida pela Região Sul, com 14% e a Centro-Oeste, com quase 12%. Se o Distrito Federal for computado junto com esta última, o número de instituições privadas no Centro-Oeste é bem maior que no Sul, isto é, quase 16% do total das particulares. A Região Norte novamente tem o menor índice: 3,5%.

Visando apenas as universidades, observa-se que o número delas é significativo entre as instituições públicas, isto é, mais de 40%, enquanto entre as privadas constituem apenas 8,5%. O restante dos cursos superiores estão sob as instituições referidas como centros universitários, faculdades integradas, faculdades-escola e institutos, centros de educação tecnológica.

As universidades públicas são mais numerosas na Região Nordeste –cerca de 31%, seguida pela Sudeste– quase 30%, e a Sul com mais de 18%. A Região Centro-Oeste é a que apresenta menor número destas instituições. Se as do Distrito Federal forem somadas, o resultado será o mesmo número da Região Norte, isto é, 8, correspondendo a pouco mais de 11%, em cada. As universidades privadas são mais numerosas no Sudeste (58,8%), seguido pela região Sul (27%). Estas duas reúnem 86% do total destas instituições.

Até aqui se percebe as orientações políticas e econômicas visando mais os empresários da educação do que o país e a população. Estão centralizadas, historicamente mais próximas do poder central, onde há maior concentração de população como uma possível resultante.

Quando se examina o total de docentes nos dois setores, público e privado, identifica-se outro sinal do comércio, uma vez que o primeiro tem 88.154

² PUC/Campinas-SP.

⁴ A PUC/Campinas tem estes últimos também à distância.

professores e, o segundo, apenas 109.558 professores. Entre os primeiros 66.724 (76,7%) têm tempo integral enquanto entre os segundos apenas 18.121 (16,5%) o têm.

O sinal de exploração cresce quando se vê que mais de 50% das 109.558 funções docentes do setor privado, estão dentro das universidades que correspondem a apenas 8,4% das instituições privadas. A maioria das instituições privadas tem um número exiguo de docentes. Será que estes são polivalentes? Qual a qualidade do ensino? Quais as condições de trabalho e de vida destes docentes? Estas funções não correspondem ao número de indivíduos, uma vez que várias delas podem ser exercidas por um mesmo professor, isto é, este é pago por aula, ou tem tempo parcial, além de salário baixo.⁵ É provável que tenha poucas aulas numa instituição, então terá que lecionar em várias, talvez em municípios vizinhos. Sem condições para pesquisar, para se aprimorar, o risco será o de se tornar um *caixeiro viajante* do ensino e não um professor.

O número de docentes por sua vez é maior no Sudeste, tanto nas públicas como nas privadas. Estas últimas dentro do Sudeste reúnem mais de 60% do seu contingente no país. Algo que chama a atenção nos dados do MEC/INEP (2001) é que há, nas instituições públicas e privadas, professores sem graduação. Mais nas primeiras, mas que também tem ocorrência nas universidades particulares e não no Centro-Oeste e no Distrito Federal. É um erro, repetido, nas tabelas? São professores de "reconhecido saber"? São estrangeiros sem curso validado? Os números chamam a atenção.

Os números de doutores são relativamente pequenos. Do total de docentes, 88.154, nas instituições públicas, apenas 28.306 (+32%) são doutores e, nas instituições privadas (109.558), apenas 12.249 (+11%) têm este título. A grande maioria está nas universidades e principalmente no setor público. Quando comparados os dois setores nas distintas regiões, verifica-se que o número é mais elevado nas instituições públicas em relação às privadas, principalmente nas universidades das regiões Norte, Nordeste, seguidas do Distrito Federal e da Centro-Oeste. As diferenças são menores entre aquelas das regiões Sul e Sudeste, mesmo assim as públicas congregam mais do dobro de doutores em relação às privadas. A proporção aumenta distanciando mais os dois setores quando são comparadas apenas as universidades. Há que se recordar, as duas levas de apo-

⁵ Esta situação é similar à dos professores substitutos nas Universidades públicas.

sentadorias de professores das públicas, muitos dos quais foram para as do setor privado. Historicamente, sabe-se que este não estimula, não incentiva, não oferece qualquer apoio ou contrato aos seus quadros para o aprimoramento.

A revista *Isto é dinheiro*, na sua edição de 25 de junho do corrente ano, registra que as receitas do ensino superior privado no Brasil são de R\$ 14,9 bilhões, atribuindo o crescimento de 114% (1.912^a instituições de graduação) nos últimos anos, ao ex-ministro Paulo Renato que diz que agora está ganhando dinheiro com sua obra, atuando como consultor especializado na área da educação. Lembra-se que este setor privado recebe também verbas de órgãos públicos.

Entretanto, não se pode dizer que houve crescimento nas e das instituições públicas, e principalmente das federais, uma vez que houve perdas de quadros de docentes e funcionários que não foram substituídos por concursos, estando as universidades públicas federais inchadas com professores substitutos mal pagos e que não têm todas as atribuições dos permanentes, portanto, estes têm uma sobrecarga.

Continuando o exame, nota-se que mais de 50% dos docentes nos dois setores são homens e a relação professor/aluno é menor no setor público. Aquela da Região Sudeste é a mais baixa entre todos (9 alunos/professor). Na Região Norte, a relação nos dois setores é semelhante. Por outro lado, nas públicas, sabe-se que há docentes em formação, portanto, dispensados de uma série de atividades exigidas. Se a relação é menor nas públicas, o trabalho não o é, uma vez que se deve ter em conta ainda, os diferentes trabalhos administrativos, os de pesquisa e extensão, além daqueles de ensino de pós-graduação e as orientações, todas atividades praticamente inexistentes no setor privado.

O setor público das IES tem cerca de 117.613 funcionários técnico-administrativo, enquanto o setor privado tem 85.275. Entre os primeiros, 79.285 (67,4%) não têm curso de graduação e entre os segundos 59.871 (70%), a maioria deles nas universidades. Mais de 50% dos funcionários em ambos os setores, estão na região Sudeste, no setor público 23% estão no Nordeste do país e, cerca de 16%, no Sul. Menos de 12% restantes correspondem à cobertura de grande área do país, o que demonstra as condições exíguas e a escassez das instituições na mesma.

¹ Este número corresponde a 62% mais que os dados do MEC/INEP, 2001. Um grande crescimento entre 2000 e 2002.

Percebe-se que o ensino brasileiro se ancora no grande esforço dos profissionais, quase operários, trabalhadores deste país, pressionados por seus desejos de avançar, suas utopias, mas, oprimidos pelas condições precárias de sustentação.

No que se refere à procura pelos cursos de graduação, estarece verificar que, em ambos os setores, o número de ingressos é menor do que o de vagas oferecidas. No total, ingressaram pouco mais de 10% dos candidatos inscritos em processos seletivos no setor público e, pouco mais de 30%, no setor privado. No setor privado, mais de 66% dos matriculados estão em cursos noturnos, enquanto no público, estes compreendem cerca de 35% das matrículas. Tanto no setor privado como no público, ou na média geral, e em todas as regiões, com exceção do Distrito Federal, os estudantes matriculados são em maior número do sexo feminino.

No que concerne à Geografia, verifica-se que os 285 cursos de graduação presenciais são divididos no MEC em três áreas, isto é, a Geografia se encontra dentro da área geral *Educação*, com a formação de professores de Geografia, compreendendo um total de 210 cursos, dos quais 145 estão em universidades. Sob a área geral, *Ciências Sociais, Negócios e Direito*, há 1 curso de Geografia Humana sob uma subárea chamada de *Sociologia e Estudos Culturais*. É um curso de uma universidade federal. Dentro da área geral *Ciências, Matemática e Computação*, em uma subárea, chamada *Ciências da Terra*, há dois tipos de Cursos: *Geografia (física)*, com 59 cursos, 53 em universidades, 31 das quais são federais, e, *Geografia (natureza)*, com 15 cursos, sendo 12 em universidades, 1 dos quais em universidade federal. Há então, 32 cursos em universidades federais nesta última *divisão* apresentada na referida sinopse. O total de cursos de graduação presenciais, registrados pelo MEC/INEP em instituições públicas é 174, dos quais 159 em universidades.

Quando se buscam outros elementos no mesmo ministério, no caso da Geografia, divisa-se falta de compatibilização dos dados. Algo semelhante tem se desenvolvido nos enquadramentos apresentados pelos órgãos de fomento à pesquisa. Quem se responsabiliza por esta situação? Os estatísticos e suas maneiras de formular as tabelas? Administradores que organizam os enquadramentos dos diferentes campos do conhecimento? Geógrafos representantes? Nestes órgãos, a representação (com exceção da Capes) de geógrafos no MEC, se existiu ou existe, foi ou é desconhecida pela maioria dos

de sua área? Serão professores que conheceram a Geografia no antigo ginásio ou no ensino fundamental ou no segundo grau, isto é, não são formados em Geografia? Ou trata-se de uma política?

Nos cursos de Geografia, repete-se o caso da falta de preenchimento das vagas referidas para o total das instituições, isto é, os ingressos não preenchem as vagas oferecidas, tanto nos cursos para formação de professores de Geografia como naqueles considerados *Geografia-física* ou *Geografia-natureza*. Não se enquadra neste caso o curso de Geografia Humana, curso novo, que oferece apenas 20 vagas e todas elas foram preenchidas.

As matrículas em 2000 foram de 22.917 em cursos de formação de professores de Geografia, 90 no de Geografia Humana, 14.020 em Geografia (física) e 2.694 em Geografia (natureza).

Em 1999, 3.165 graduados concluíram o curso de professor em Geografia, 11 de Geografia Humana, 1.801 de Geografia (física) e 277 de Geografia (natureza).

Este quadro dá uma noção da responsabilidade, da orientação de alguns rumos e demonstra o número elevado dos possíveis candidatos aos cursos de pós-graduação, seja em nível de mestrado seja em nível de doutorado.

Por outro lado, verificando-se outros documentos, como as *home-pages* das instituições de ensino superior. Parece haver 408 cursos e ou habilitações em Geografia no Brasil, que compreendem a: Geografia; Bacharelado em Geografia; Licenciatura em Geografia; Curso de Geografia e Meio Ambiente; Ciências Sociais (História, Geografia e Artes); Estudos Sociais – Geografia – Região Centro; Estudos Sociais – Planificação História e Geografia; Geografia (Emergencial Parcelado Particular); Geografia (Cecen); Geografia (Cesc); Geografia (Cesi); Geografia (Emergencial Parcelado Estadual); Geografia (Especial); Geografia (Magister); Geografia (PEFD-RP/PM); Geografia (PEFD-RP/Seduc); Geografia (Planificação) (PEFD-RP/Seduc); Geografia (Procad); Geografia (Prohacap); Geografia (Regime Especial); Geografia – Bacharelado e Magistério das Quatro Últimas Séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio; Geografia – Complementação de Estudos de Graduação em Geografia; Geografia Emergencial; Geografia – Estudos Geográficos Regionais; Geografia – Formação de Docentes; Geografia – Formação de Professores; Geografia – Intervalar-Especial; Geografia – Levantamento Fisiográfico e Conservacionista; Geografia – Licenciatura Plena; Geografia – Mapeamento;

Geografia – Parcelado; Geografia – PEPPEB; Geografia – Recesso; Geografia – Regime Especial; Geografia – Turma Especial; Geografia com ênfase em Gestão Territorial e Ambiental; Geografia do Ensino Fundamental e Médio; Geografia e Análise Ambiental; Geografia e Meio Ambiente.

Quem criou estes cursos? O MEC deu seu aval?

A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA BRASILEIRA – ALGUNS ASPECTOS

Brasileiros têm trabalhado nas várias áreas da Geografia oficialmente, pelo menos desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 18 de agosto de 1838. O instituto publicou o primeiro volume de sua revista em 1839 e, até 1966, foram 279 volumes.

A sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, instalada em 1883, realizou, entre muitas atividades, oito congressos nacionais numa primeira etapa, seguida de outra com o IX congresso em Florianópolis, em 1940, quando se decidiu que eles seriam trienais. Para o X congresso em Belém, contava-se na metade de 1943, com 1.936 adesões e 128 teses (IBGE, 1943). A sociedade brasileira queria se conhecer e tinha a Geografia em alto conceito para realizar este conhecimento, uma vez que as *adesões* não eram apenas de professores, técnicos, especialistas, mas de muitas prefeituras, institutos não-geográficos, cooperativas, secretarias, colégios e reitorias das universidades de então, entre outros.

Em 1934, paralelamente à implantação do curso de graduação em Geografia, também é fundada na USP a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Desde o seu surgimento, a AGB congregou intelectuais de renome como: Caio Prado Junior, Luiz Fernando Moraes Rego, Rubens Borba de Moraes e Pierre Monbeig.

Em 1944, a AGB passou a se constituir em uma entidade de dimensões nacionais, que possuía sócios, profissionais, estudantes e colaboradores em todo o território brasileiro. As primeiras seções regionais foram criadas nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Bahia.

Em 1946, a AGB realizou em Lorena, São Paulo, a sua primeira reunião nacional, sucedida até 1955 por inúmeras reuniões anuais. (...)

A história institucional da AGB está integrada à história da Geografia e pensamento geográfico brasileiro.

Boa parte da produção científica da Geografia brasileira encontra-se publicada em Anais de seus Congressos e Encontros. A AGB também é responsável pelas edições da Revista Terra Livre e do Jornal AGB Em Debate.

As Seções Locais são responsáveis pela publicação de várias revistas científicas como: o Boletim Paulista de Geografia, que completou 50 anos em 1999, o mais antigo em circulação; o Boletim Gaúcho de Geografia; o Prudentino de Geografia; o Fluminense de Geografia; e o Amazonense de Geografia. (AGBNACIONAL, 2002).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi criado em 29 de maio de 1936, como resultado da união do Instituto Nacional de Estatística (1934) com o Conselho Brasileiro de Geografia (1936), posteriormente Conselho Nacional de Geografia-CNG. Em 1939, começa a circular a sua *Revista Brasileira de Geografia* (IBGE, 1943), publicada até 1996, porém, o IBGE não considera encerrada a sua publicação. Outro periódico desta instituição foi o *Boletim Geográfico*, publicado de 1943 a 1978, alcançando os números 258-259. São algumas das publicações ao lado das quais há, hoje, mais de 40 no Brasil, divulgando trabalhos de Geografia.

Esta é uma amostra das atividades e contribuições da Geografia e geógrafos para o conhecimento do Brasil. Estes são exemplos, entre outros, de sociedades, comissões e institutos geográficos no país. Mas a Geografia tem ido além e, desde 1971, seus especialistas vêm empenhando-se na criação de cursos ou programas de pós-graduação, no intuito de ampliar as análises dentro deste campo do conhecimento, contribuindo cada vez mais para o desenvolvimento do Brasil.

CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL

Os cursos e programas de pós-graduação em Geografia têm se estabelecido lenta e progressivamente nestes últimos 30 anos (vide quadro 1). Mas, lembra-se que a USP vinha doutorando profissionais desde 1944, sob outro mode-

lo (OLIVEIRA, 1997).

Hoje são vinte e seis cursos de Mestrado em atividade. Entre estes, doze programas têm também o curso de doutorado. São poucos e insuficientes.

Dos cursos de mestrado, cinco estão localizados no estado de São Paulo e onze na Região Sudeste. Esta possui dez doutorados em Geografia. Há, portanto, um número significativo nesta região o que é muito bom para os ali residentes, uma vez que estes cursos sempre serão procurados pelos numerosos egressos das graduações da mesma.

Os números mostram uma grande concentração no Sudeste como CASSETI (1998) chamou a atenção. Esta concentração tem razões históricas, razões intrínsecas às universidades, suas qualificações e, possivelmente, suas proximidades com o poder e suas políticas. Entretanto, há que se ampliar o número de programas em todas as regiões para que haja pelo menos um em cada estado, em ambos os níveis, mestrado e doutorado. Os deslocamentos de professores de universidades públicas e particulares, de graduados em busca de aprimoramento, de técnicos de várias instituições, por vezes atravessando todo o Brasil, tornam-se muito caros para todos, indivíduos, instituições e para a nação, uma vez que retarda o desenvolvimento da sociedade brasileira, notadamente em nível local e regional. Os deslocamentos são, por outro lado, de uma minoria que os realiza sob condições muito difíceis. Como há todo um universo que quer avançar e não tem esta possibilidade, configura-se, portanto, uma restrição da liberdade e do crescimento.

É razoável que os novos cursos se estabeleçam com base em alguns pressupostos que dêem qualidade aos mesmos. Para tal, a reivindicação começa com a melhoria das condições dos cursos de graduação, como o aumento do número de professores e técnicos, abertura de vagas e concursos, melhoria das salas de aula e outras dependências do espaço físico, dos equipamentos, criação e/ou ampliação de laboratórios, melhoria das bibliotecas. Estes são alguns dos aspectos importantes para que haja crescimento efetivo. A existência de cursos de pós-graduação, mesmo no *latu sensu*, mudam a mentalidade e elevam as aspirações de cada um, uma vez que se descortinam novos horizontes. Os graduandos passam também a ter outra história, mesmo não tendo chegado ainda à pós-graduação. Recordar-se, aqui, que muitos departamentos têm sustentado cursos de especialização em Geografia, com esforço permanente.

Os geógrafos, os departamentos e cursos de Geografia deveriam ser mais

incisivos em suas exigências perante as administrações, nos vários níveis, para realizar seus trabalhos quer em campo quer em laboratórios ou gabinetes, em condições adequadas.

Sobre os programas de pós-graduação, suas produções e avaliações, são importantes as leituras dos artigos de DINIZ (1995), CASSETI (1998), OLIVEIRA (1997), OLIVEIRA & CARLOS (1998), SCHOR (1997), SILVA et al. (1999) e outros, citados por eles. Dados também são obtidos na *home-page* da CAPES (2002, 2003), do CNPq (2003) e MEC (2003).

O exame do quadro 1 evidencia que a maioria dos cursos (21) ou programas apresenta apenas uma área de concentração, porém, 15 com títulos compostos que, ao lado dos 5 com duas áreas e dos 4 com títulos abertos, remetem à unidade da Geografia. Os nomes dos programas, das áreas de concentração e das linhas de pesquisa merecem atenção.

Quadro 1. Programas de pós-graduação em geografia no Brasil.

UNIVERSIDADE	CURSO	NÍVEL	INÍCIO	ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO
1. USP-SP	Geografia (Geografia Humana)	Mestrado Doutorado	1971	Geografia Humana
2. USP-SP (Geografia Física)	Geografia Doutorado	Mestrado	1971	Geografia Física
3. UFRJ-RJ	Geografia	Mestrado Doutorado	1972 1992	1. Organização e Gestão do Território 2. Planejamento e Gestão Ambiental
4. UFPE-PE	Geografia	Mestrado	1976	Regionalização e Análise Regional
5. UNESP/RC-SP	Geografia	Mestrado Doutorado	1977 1983	1. Análise da Informação Espacial 2. Organização do Espaço
6. UFSC-SC	Geografia	Mestrado Doutorado	1985 1996	1. Desenvolvimento Regional e Urbano 2. Utilização e Conservação de Recursos Naturais
7. UFSE-SE	Geografia	Mestrado Doutorado	1985 2002	Organização do Espaço Rural no Mundo Sustentabilidade
8. UFMG-MG	Geografia	Mestrado Doutorado	1988 2002	1. Geografia e Análise Ambiental 2. Geografia e Organização Humana do Espaço
9. UNESP/PP-SP	Geografia	Mestrado Doutorado	1988 1995	Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental
10. UFBA-BA	Geografia	Mestrado	1984	Análise do Espaço Geográfico
11. UFEG-GO	Geografia	Mestrado	1995	Natureza e a Apropriação do Espaço no Cerrado
12. FUNECE-CE	Geografia	Mestrado	1998	Análise Geoespacial e Ordenação do Território nas Regiões Semi-áridas e Litorâneas
13. PUC-MG	Tratamento da informação espacial	Mestrado Doutorado	1998 2002	Análise Espacial
14. UFU-MG	Geografia	Mestrado Doutorado	1998 2002	Análise e Planejamento Socioambiental
15. UNB-DF	Geografia	Mestrado	1998	Gestão Ambiental e Territorial
16. UEM-PR	Geografia	Mestrado	1998	Análise Regional e Ambiental
17. UFRGS-RS	Geografia	Mestrado	1998	Análise Ambiental e Territorial

18. UFF-RJ	Geografia	Mestrado Doutorado	1999	Ordenamento Territorial e Ambiental
19. UFPR-PR	Geografia	Mestrado	1999	1. Análise e Gestão Ambiental 2. Produção do Espaço Urbano-Regional
20. UFERN-RN	Geografia	Mestrado	2001	Dinâmica e Reestruturação do Território
21. UEL-PR	Geografia, Meio Ambiente & Desenvolvimento	Mestrado	2001	Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento
22. UNICAMP-SP	Geografia	Mestrado Doutorado	2002	Análise Ambiental e Dinâmica Territorial
23. UFMT-MT	Geografia	Mestrado	2002	Ambiente e Desenvolvimento Regional
24. FUFMS-MS	Geografia	Mestrado	2002	Produção do Espaço Regional
25. UFMS-RS	Geografia	Mestrado	2002	Análise Ambiental e Dinâmica Espacial
26. UERJ-RJ	Geografia	Mestrado	2002	Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico
FONTE: www.capes.gov.br ; CASSETI, 1998; DINIZ, 1995.				

A ANPEGE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

Os profissionais dos cinco primeiros programas, com 6 a 12 anos de existência, desenvolveram iniciativas para discutir e discutir a pós-graduação por meio de um encontro nacional. As iniciativas partiram de professores da USP, já em 1983, e prosseguiram durante o *IV Congresso Brasileiro de Geógrafos – AGB*, em julho de 1984. Professores de vários cursos e universidades tiveram atuação importante na mesma direção.

Em dezembro daquele mesmo ano acontecia o *1º Encontro* de cinco núcleos: USP, Unesp-Rio Claro, UFRJ, UFPE e UFSE, na USP, com o aval da AGB-São Paulo, no ano do seu cinquentenário. Este encontro se baseou em três objetivos e se desenvolveu no decorrer de três mesas redondas e três sessões de debates das quais resultaram muitas propostas tendo sido aprovadas as seguintes:

1. que se estimule a implantação de novos cursos de Mestrado e/ou Doutorado em Geografia naquelas Universidades que possuam experiência no ensino desta disciplina em nível de Pós-Graduação e que possuam um corpo docente habilitado a exercer este magistério;
2. que seja ampliado o número de bolsas de estudo concedidas a estudantes dos cursos de Pós-Graduação em Geografia, bem como o seu valor em cruzeiros, de modo a possibilitar o trabalho do aluno em dedicação integral;
3. que seja dado apoio para a pesquisa científica a professores e alunos dos cursos de Pós-Graduação (estes especificamente para a produção da dissertação ou da tese), facilitando o intercâmbio entre professores e pesquisadores, a fim de que se divulguem anualmente os trabalhos concluídos e se estimule uma troca de experiências e de inquietações científicas;
4. que seja estimulada a formação e atualização de bibliotecas, destinando-se verbas para aquisição de livros e assinaturas de revistas científicas, nacionais e estrangeiras;
5. que sejam organizados cronogramas de viagem, com apoio oficial,

- de professores e alunos de cursos de Pós-Graduação, e outras áreas do país ou do exterior, tanto para participação em conclaves científicos como para pesquisas e contatos diretos com outros centros;
6. que os cursos de Pós-Graduação sejam dirigidos de forma democrática, com maior capacidade de decisão do colegiado na tentativa de solução de seus problemas, sendo o coordenador o executante das decisões desse colegiado onde participam os professores, a representação discente e, a critério dos institutos, a representação de funcionários;
 7. que se exija e sejam dadas as condições aos cursos de Pós-graduação em Geografia a que publiquem os trabalhos de maior interesse, produzidos por alunos e professores, através de boletins, revistas, cadernos, ou livros, a fim de que sejam divulgados não só nos meios científicos como nas livrarias;
 8. que se desenvolva uma efetiva integração entre os cursos de Graduação e de Pós-Graduação, tanto na área de ensino como na da pesquisa;
 9. devido aos sérios problemas que envolveriam a criação de uma Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia ou a vinculação de uma Secretaria de Pós-Graduação e qualquer entidade tipo AGB, sugere-se que a AGB e outras entidades ligadas à Geografia encaminhem até o II Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia esta questão, e marquem para o referido Encontro ou no próximo da AGB, previsto para Julho de 1985, em Campo Grande-MS, a decisão sobre este problema.

Ficou claro entre os presentes que estes nove itens, modificados a partir do documento do MEC-SESU, constituir-se-iam numa preliminar de Política Nacional de Pós-Graduação, cuja cópia seria enviada àquele órgão, além de divulgada nacionalmente.

Estas propostas, ainda que sobre novas bases, são atuais no que concerne à criação de novos cursos fora do Sudeste; maior número de bolsas disponíveis para pós-graduandos e pesquisadores/professores, bibliotecas com o suporte necessário para a pesquisa e ensino, maior democracia e transparên-

cia dentro da gestão dos programas, suporte nas instituições para a edição de revistas e publicação da produção científica.

O *II Encontro* realizou-se na UFRJ, em 1986 e, o *III*, foi organizado pelo programa da Unesp-Rio Claro, em 1987. O *IV Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia*, realizado na UFSC, Florianópolis, entre 1 e 4 de setembro de 1993, resultou na criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – Anpege, no dia 4, tendo os representantes dos programas existentes à época, assinado a ata de criação e aprovado o primeiro estatuto da mesma, após sessões de debates. A diretoria eleita ficou constituída por três professores da USP:

- Prof. Dr. Milton de Almeida Santos – Presidente;
- Prof.^a Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza – Secretária;
- Prof.^a Dra. Amália Inés Geraiges de Lemos – Tesoureira.

Com esta gestão, foi realizado o *I Encontro Internacional da Anpege*, sobre o tema: “Lugar, Formação Socioespacial, Mundo”, entre 8 e 10 de setembro de 1994, na USP; e o *I Encontro Nacional da Anpege*, entre 5 a 9 de setembro de 1995, em Aracaju, sobre “Território Brasileiro e Globalização”, tendo-se constituído de mesas redondas, reuniões de trabalho, comunicações e assembléia deliberativa, e publicado volume de resumos. Deste encontro e da primeira assembléia deliberativa participaram 23 representantes dos 9 programas associados. Nela, depois de tratados vários temas, foi eleita a nova diretoria com professores da UFRJ:

- Prof.^a Dra. Berta Koiffmann Becker – Presidente;
- Prof. Dr. Jorge Xavier da Silva – Secretário;
- Prof. Dr. Cláudio Antônio Gonçalves Egler – Tesoureiro.

O *II Encontro Nacional* realizou-se de 7 a 10 de setembro de 1997, no Rio de Janeiro, voltado para os “Desafios e Alternativas para a Gestão do Território”, com estrutura semelhante ao anterior: mesas redondas, reuniões de trabalhos, lançamento de livros e assembléia deliberativa, tendo sido publicado um volume de resumos e no ano seguinte, vários trabalhos constituíram o livro *Redescobrimo o Brasil*. Com representantes de 10 Programas dos 11 existentes, realizou-se a segunda assembléia deliberativa, na qual foram propostas as admissões de 3 membros filiados. Discutiram-se muitos temas e nela foi eleita a nova diretoria constituída por professores da Unesp-RC:

- Prof.^a Dra. Lúcia Helena da Oliveira Gerardi – Presidente;
- Prof.^a Dra. Iandara Alves Mendes – Secretária;
- Prof. Dr. Odeibler Santo Guidugli – Tesoureiro.

O *III Encontro* constituiu-se inteiramente de ações dentro da terceira assembléia deliberativa, tendo como local a reitoria da Unesp, em São Paulo, de 13 a 15 de setembro de 1999. Participaram 18 programas, dos quais 12 dos 13 associados e 6 admitidos, estando um ausente naquela assembléia e um membro filiado. De caráter administrativo, visou entre outras situações à modificação dos estatutos da entidade;

Esta Assembléia foi um marco importante na história das avaliações pela Capes. Foi discutida a composição do comitê de avaliação e da designação de representante adjunto naquele órgão coordenador e de fomento. Também foi discutido e aprovado documento elaborado por comissão contendo "Sugestões para a comissão de avaliação de pós-graduação em Geografia da Capes". Duas chapas se candidataram para a nova diretoria tendo sido eleitos:

- Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP-GH – Presidente;
- Prof. Dr. Eliseu Savério Spósito – Unesp/PP – Secretário;
- Prof.^a Dra. Lylian Coltrinari – USP-GF – Tesoureira.

O *IV Encontro* realizou-se em São Paulo entre 23 e 26 de março de 2002, com o tema "A Geografia no Século XXI", compreendendo conferências, mesas redondas, homenagens e sessões de comunicações livres. A quarta assembléia deliberativa constituiu-se com representantes de 20 programas associados e, como convidados, mais dois entre os três novos admitidos, além de um membro filiado. Após apresentação e discussão de temas de interesse, foi eleita a nova diretoria composta por professores de distintos programas:

- Prof.^a Dra. Gerusa Maria Duarte – UFSC – Presidente;
- Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça – UFPR – Secretário;
- Prof.^a Dra. Marlene de Muniz Colesanti – UFU – Tesoureira.

O *V Encontro* a ser realizado na UFSC, em setembro, fecha um ciclo de 10 anos. Centrado no tema "Gestão do território e do ambiente no Brasil: desafios à formação e à pesquisa em Geografia no ensino superior", compreenderá conferências, mesas redondas, painéis de debates, apresentação de quase 400 trabalhos, homenagens, lançamento de livros, premiação da melhor dissertação de 2002 e, dois importantes fóruns: o *I Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Geografia* e o *I Fórum de Estudantes de Pós-*

Graduação em Geografia, além da assembleia deliberativa.

Em todos os encontros de ambas as fases, antes e depois da criação da Anpege, foram realizadas análises, apresentadas e discutidas propostas de ação, remodelando-se as políticas.

Progressivamente, a Anpege tem buscado discutir os programas de pós-graduação, suas ações, crescimento, problemas comuns, e acompanhar as avaliações das comissões da Capes, não interferindo, mas buscando que sejam cada vez mais transparentes, criteriosas e democráticas.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES

A Capes, única agência de fomento à pós-graduação no Brasil, é uma fundação vinculada ao MEC e, como tal, instituída em 1992. No entanto, iniciou como Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em 1951, depois a palavra campanha foi substituída por coordenação.

Seu papel é coordenar e estimular a formação de recursos humanos para a docência, a pesquisa e para atender a demanda de profissionais, dos setores públicos e privados. Ela tem como finalidade, entre outras, elaborar a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, acompanhando e coordenando sua execução. Esta finalidade favorece o alcance de uma outra que é a de apoiar o processo de desenvolvimento científico e tecnológico nacional (CAPES, 2002). Deveríamos ter lugar na elaboração deste plano.

As avaliações dos programas de pós-graduação pela Capes são realizadas por comissões de consultores, entre os pares que examinam não apenas os relatórios anuais que os programas enviam, como também fazem avaliação *in loco*, verificando as condições de funcionamento.

Estas avaliações têm sido cada vez mais criteriosas e rigorosas, porém, avaliadores não-geógrafos dentro do comitê técnico científico daquela fundação têm rebaixado as pontuações, atribuídas pela comissão de geógrafos, de vários programas, ficando evidente o uso de pesos distintos para os da Geografia e da Educação em relação aos de outros campos do conhecimento, melhor aquinhoados. Temos muito que enfrentar e resolver, internamente também.

CONSELHO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – O CNPQ

O CNPq foi criado em 1951 para, como seu nome diz, o fomento de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Mas, já na década de 1930, pensava-se na sua instituição.

É interessante refletir sobre a década de 30, quando foram instaladas as primeiras Faculdades de Filosofia dentro das quais situavam-se os primeiros cursos de graduação em Geografia e, quando o governo federal legisla sobre as universidades no Brasil e possibilita a autonomia administrativa e didática daquelas existentes em alguns estados. É importante a reflexão sobre um tempo maior: as décadas de 20 a 40, porém, a de 30 merece um olhar mais atento dos geógrafos, uma análise profunda.

SILVA (2001) demonstra que na década de 30 a ideologia do Estado autoritário no Brasil era apoiada pelo pensamento político do sociólogo Oliveira Vianna, do jurista Francisco Campos e do médico Azevedo Amaral. O primeiro destes pensadores evidenciava nos seus escritos o lugar estratégico dos conselhos técnicos na construção institucional do Estado. Seus argumentos favoreciam um estado autoritário e estes “Conselhos seriam instrumentos do Poder Executivo forte”. Entretanto, Oliveira Vianna já se sobressaía na década anterior com suas idéias.

É dentro desta visão que se institui, em 1933/34, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura (Confea) e os Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura (Crea). São decretos de 1933 que regulam o exercício dessas duas profissões e de outras como a de agrimensor, agrônomo e de químico. Hoje, para a Geografia, é uma interrogação a vinculação a este conselho em virtude das dificuldades, talvez geradas por uma estrutura antiga, que enxergavam prioritariamente ou principalmente aquelas profissões do seu início.

Alguns dos conselhos técnicos já existiam na década de 1920, como o Conselho Nacional do Trabalho e o Conselho Superior da Indústria e do Comércio. Foi na mesma década que integrantes da Academia Brasileira de Ciências – ABC (3/5/1916-RJ), criada no Governo de Venceslau Brás (1914-1918), falavam da criação de uma entidade governamental para fomento do desenvolvimento científico no país.

Formalmente, a ABC sugeriu ao governo Vargas a criação de um conse-

lho de pesquisas, em 1931. O Presidente enviou mensagem ao congresso apenas em 1936, para a criação de um conselho de pesquisas experimentais e que não teve receptividade pelos parlamentares.

Houve uma nova proposta da ABC em 1946, esta do Almirante engenheiro Álvaro Alberto da Motta e Silva, leva o Presidente Eurico Gaspar Dutra a nomear comissão para apresentar anteprojeto de lei de criação do conselho de pesquisa. Pouco antes do término do mandato, Gaspar Dutra, em 15 de janeiro de 1951, sanciona a Lei N.º 1.310, que cria o Conselho Nacional de Pesquisas, para o fomento do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

Várias contradições, porém, estão se estabelecendo. Com algum apoio da Capes e do CNPq aos cursos de pós-graduação, as universidades iniciaram um processo de recuo das suas responsabilidades perante os trabalhos de pesquisa que seus docentes devem executar, deixando até de dar o suporte de infraestrutura como espaço físico, laboratórios, equipamentos, bibliotecas ou atualização de seus acervos e pessoal técnico. Este apoio sempre foi ínfimo nas universidades federais e se torna cada vez menor, pelo menos para a área das Ciências Humanas. Por outro lado, o CNPq, órgão de fomento à pesquisa, vem gradativamente retirando seu apoio aos cursos de pós-graduação, mas salienta-se que neles, cada dissertação e cada tese são produtos da pesquisa que podem resultar ou resultam em artigos e livros. Os projetos enviados para obtenção de apoio financeiro sistematicamente vêm sendo negados, de tal forma que apenas oito geógrafos no Brasil, estão presentemente com bolsa da área da Geografia Física do CNPq. Calculando-se que nos 26 cursos de pós-graduação em nível de mestrado hajam 20 professores (em cada um), arredondando para mentos, existem então 520 professores/pesquisadores. Considerando-se metade para a área chamada Geografia Física, mais vinculada às Ciências Exatas e da Terra, são, portanto, 260 professores trabalhando e querendo fazer pesquisa nesta área, mas, apenas 8 têm auxílio do CNPq. Têm-se a certeza que neste universo circunscrito a estes cursos há um grande número com capacidade e impaciente para mostrá-la. O futuro parece destinar para a maioria, chegar ao fim de suas atividades acadêmicas por aposentadoria, sem nunca terem recebido qualquer apoio. Então construímos a universidade brasileira com muito denodo e renúncia amarga. Os números citados deixam de fora os 285 ou 408 (?) cursos de graduação e seus professores. É necessário e merecido ou um comitê próprio ou uma divisão equânime das bolsas e auxíli-

os, e em maior número.

Têm-se que fazer pesquisa para dar maior qualidade ao ensino, para atender à função das universidades públicas que é realizar ensino, pesquisa e extensão. Devem-se publicar os resultados uma vez que a sociedade necessita e exige com razão, porque é ela quem paga as universidades, porém, o comum é se ver uns setores com mais direito que outros. Alguns podem realizar suas funções tranquilamente, enquanto outros pesquisadores devem lutar continuamente, muitas vezes perdendo tempo precioso, pois, mesmo com muito empenho não alcançam a verba necessária para a pesquisa. Frequentemente, o professor sustenta muitos gastos da mesma, para não sofrer rebaixamento nas avaliações internas com efeito sobre seu salário marcado pela GED.

As pontuações mais altas nas avaliações dos programas de pós-graduação, realizadas pela Capes, são atribuídas àqueles que demonstram maior atividade, como a referente às publicações das pesquisas dos docentes. Estas devem ser publicadas de preferência em revistas, e de alto nível. Se forem em revistas internacionais, melhor. Ou então, livros. Todos os anos os professores têm que fazer suas pesquisas e publicarem-nas. Os pós-graduandos também. Apenas os profissionais dos programas que nasceram geograficamente bem aquinhoados têm condições mais adequadas ou quase adequadas para avançar com maior rapidez.

As pressões sobre os docentes são muitas, acrescidas do aumento da carga de ensino, uma vez que antes havia apenas a graduação à qual foi aditada a especialização, seguida pelo mestrado e o doutorado, com todos os seus encargos. Mas as condições para tantas atividades não cresceram proporcionalmente, ou foram e têm sido diminuídas ou negadas.

Muitos sugerem e outros afirmam que esta situação se deve a uma posição voltada para acabar com o ensino público e gratuito. Têm-se visto, nestes últimos anos, um achatamento das condições de trabalho e vida dentro das instituições públicas de ensino superior, particularmente nas federais.

OS 10 ANOS DA ANPEGE

Nestes dez últimos anos, houve o alcance de algumas proposições dentro das políticas encetadas, como aumentar o número de mestrados e doutorados,

Nos últimos 6 anos, passou-se de 11 mestrados e 5 doutorados para 26 e 12, respectivamente. Um aumento de quase 140% nos dois níveis. O número de cursos e programas deve agora crescer no sentido da cobertura dos demais Estados da federação, dando mais liberdade aos que neles aspiram alcançar os níveis de pós-graduação. O crescimento será tanto individual como social.

Entretanto, ao lado do avanço ocorrido, houve uma paralisação das bolsas e uma diminuição do tempo das mesmas, obrigando-se a acelerar o processo de criação, baseado em trabalhos de campo e dos demais em laboratório e gabinete, como se não dependessem freqüentemente das condições da natureza. Os resultados como consequência, não poderão ter sempre tanta qualidade, não podem ter a qualidade que se almeja.

Necessita-se de mais bolsas e auxílios para a pesquisa, seja para pós-graduandos seja para professores, e que haja mais equidade na distribuição dos mesmos.

A visão do MEC, do MEC/Capes e do CNPq sobre a Geografia deve ser mais correta e respeitosa, e de estímulo à universalidade que é o que se espera da postura científica dos órgãos máximos do setor do ensino e da pesquisa. Espera-se que estes setores conheçam mais o espectro, o universo da Geografia. Neste sentido, deveria haver também mais critério na abertura de cursos de graduação em Geografia, sem tantos rótulos.

Talvez fosse o caso de retomar as normas legais que regem a profissão de geógrafo, no sentido de atualizá-las e avançar as conquistas, deixando mais nitidas aos profissionais de outras áreas e aos novos geógrafos, as atribuições deste campo de atividade.

Nos dez anos da Anpege aconteceram muitos tipos de avanços. Os encontros possibilitaram as comunicações entre os distintos cursos e programas e entre estes e a capes, caminho a ser mais trilhado. Dentro do CNPq, as posições da Geografia deverão se fazer mais claras, o empenho dos representantes terá que ser de representantes de fato, que lutem com muito denodo em favor de todos os geógrafos.

As várias diretorias têm se empenhado em organizar os encontros como momentos de reflexão, de comunicação, trocas e demonstração das contribuições dos geógrafos.

REFERÊNCIAS

- ANPEGE. *Boletim Angepo*, n. 1, fev. 1995.
- CAPES; CNPq; MEC. CONSELHOS TÉCNICOS DO IBGE; AGO NACIONAL. *Home page*.
- CASSETI, V. A pós-graduação e a pesquisa em Geografia. (Notas Preliminares). *Boletim Geográfico de Geografia*, v. 10, n. 1, p. 73-84, jan/dez, 1998.
- DINO, J. A. F. A proposta de pós-graduação em Geografia no Brasil. *Boletim Geográfico de Geografia*, v. 15, n. 1, p. 1-25, jan/dez, 1999.
- IBGE, Nômade. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 5, n. 1-2-3-4, 1943.
- MEDINEP. *Síntese estatística da educação superior - 2000*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001. 400 p.
- OLIVEIRA, A. U. de. Pós-graduação em Geografia na Universidade de São Paulo: meio século de História. *GEOUSP - Revista de pós-graduação em Geografia*, n. 1, p. 9-14, 1997.
- OLIVEIRA, A. U. de.; CARLOS, A. F. A. Avaliação do programa de pós-graduação em Geografia Humana/FFLCH-USP. Uma resposta à comissão avaliadora da Capes. *GEOUSP - Revista de pós-graduação em Geografia*, n. 4, p. 133-151, 1998.
- SCHOR, T. Da ciência como vocação à ciência como profissão: a institucionalização da pós-graduação no Brasil. *GEOUSP - Revista de pós-graduação em Geografia*, n. 1, p. 5-10, 1997.
- SILVA, E. A. C. et al. A universidade e a Geografia que queremos. Reduzindo a avaliação da Capes. *GEOUSP - Revista de pós-graduação em Geografia*, n. 6, p. 129-134, 1996.
- SILVA, R. A zoologia do Estado autoritário no Brasil. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- SILVA, R. Estado autoritário e tecnocracia. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis*, n. 29, p. 93-114, 2001.